

O PERFIL DOS ESTUDANTES COTISTAS NO CURSO DE PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

NICÉIA SILVA MENDES¹; LORENA ALMEIDA GILL²

¹Universidade Federal de Pelotas – niceiamendes2@hotmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – lorenaalmeidagill@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, a Lei de Cotas foi aprovada dia 29 de agosto de 2012 como uma política de ação afirmativa no Ensino Superior. A Lei determina a reserva de 50% das vagas por curso e turno em Universidades Federais e Institutos Federais de nível médio e técnico para pessoas negras, pardas, indígenas e pessoas com deficiências, que tenham concluído integralmente seus estudos em escolas públicas de ensino, seja de maneira regular ou através da educação para jovens e adultos (EJA).

A Universidade Federal de Pelotas passou a implementar a norma ainda no mesmo ano em que foi aprovada, primeiro em um percentual de 40% e depois de 50%. O Programa de Educação Tutorial - Diversidade e Tolerância (PET-DT), por compreender a importância deste processo de ingresso, especialmente para aqueles que costumam ser os primeiros de suas famílias a ingressarem no Ensino Superior, desenvolveu este estudo com intuito de investigar o perfil dos estudantes cotistas do curso de pedagogia da UFPel, bem como as condições de permanência oferecidas pela instituição para que estes estudantes possam concluir, com êxito, seus estudos.

Para a realização da pesquisa foram utilizados os conceitos de equidade, vulnerabilidade social e ação afirmativa.

2. METODOLOGIA

A metodologia utilizada para a realização da pesquisa é de cunho qualitativo. Foi desenvolvido um questionário on-line via Google Forms, que tinha quarenta e duas questões fechadas e abertas, a partir das quais eram construídas pequenas narrativas. O material foi divulgado nas redes sociais, a saber, nos perfis do PET-DT (facebook e instagram) e nos canais oficiais da UFPel. A partir do questionário coletou-se as respostas de cinquenta e sete pessoas e, após fatores de exclusão (ingresso por ampla concorrência, não é cotista do curso de pedagogia e portador de título), restaram quarenta e seis respostas para a análise. De forma a preservar a identidade dos respondentes, serão representados como sujeito 1, sujeito 2 e assim por diante.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O curso de Pedagogia da UFPel conta, atualmente, com 189 estudantes cotistas, de acordo com dados fornecidos pelo colegiado, mas, para este trabalho, serão analisadas as respostas de quarenta e seis pessoas, conforme já dito. Trata-se de um número de respondentes menor do que o esperado, contudo, é importante salientar que a coleta de dados ocorreu durante os primeiros meses do distanciamento social, embora tenha sido iniciado pelo PET-DT antes da pandemia

de Covid-19. Tal fato revela este estudo ainda mais consistente, visto que os estudantes cotistas, mesmo que recebam alguns auxílios, podem ser os mais afetados por enfrentarem períodos de instabilidade econômica e crises sanitárias, como as existentes em um contexto de pandemia.

Junto a isso, é importante compreender que as condições de permanência dos estudantes não são as mesmas, sobretudo considerando a crise sanitária enfrentada atualmente. O fato é que um número considerável de estudantes teve de abandonar os estudos para atuar em trabalhos, especialmente informais¹, visando a sua própria manutenção ou a de sua família.

Retomando a discussão histórica sobre as cotas, o primeiro Programa, no Brasil, foi implementado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UERJ), no ano de 2003, o que incentivou outras universidades a aderirem o Programa mesmo antes de ter se tornado Lei Federal, o que acentua a perspectiva de que a aprovação do Programa indica o cumprimento de seu propósito, pois parte do pressuposto da equidade e, por consequência, proporciona o acesso de pessoas em vulnerabilidade social ao ensino superior, assim como quebra paradigmas, pois o ensino superior antes era um privilégio reservado à elite. “[...] Por equidade, faz sentido empreender ações específicas em prol do atendimento das camadas mais pobres, sem postergar as ações mais amplas e radicais de caráter sustentável e estrutural” (SOBRINHO, 2010, p. 1229-1230). No tocante à vulnerabilidade, esta não se aplica apenas às questões econômicas, mas também às situações de fragilidades relacionais (CASTEL, 2005).

As cotas universitárias, assim como as ações afirmativas, visam a valorização da identidade de grupos étnicos (negros e indígenas) e sociais, além da inserção desses na sociedade (GUARNIERI; SILVA, 2016).

Júnior et al. (2018, p. 13) nos ajudam a melhor compreender as ações afirmativas:

Uma definição de ação afirmativa deve ser parcimoniosa o suficiente para abarcar as diversas políticas assim denominadas. Portanto, parece-nos razoável considerar ação afirmativa todo programa, público ou privado, que tem por objetivo conferir recursos ou direitos especiais para membros de um grupo social desfavorecido, com vistas a um bem coletivo.

Quanto aos dados coletados, observou-se que o curso de Pedagogia é composto, em sua maioria por mulheres, mais especificamente em percentuais de 95,7%, o que acentua a situação de que o magistério, especialmente em suas séries iniciais, continua sendo pensado como uma profissão vinculada ao gênero feminino.

De acordo com a composição étnico racial, destaca-se que as respostas abarcam o seguinte percentual: estudantes pretos (36,95%), pardos (19,57%), os quais juntos ultrapassam o percentual de brancos (41,28%). Dentre estes, 2,20% se reconhecem como outro. Essa composição demonstra um aumento significativo de ingresso de pretos e pardos no ensino superior, com a expansão de vagas e cursos e com a implementação da Lei de Cotas, contudo, as chances de estes ingressarem em graduações de maior prestígio ainda são baixas e concentram-se em cursos onde já havia representatividade negra, como nas áreas das humanidades e das licenciaturas (COSTA; PICANÇO, 2020).

Sobre a forma de ingresso, observou-se que boa parte dos estudantes cotistas ingressaram na universidade tendo em vista as condições da renda

¹ Sobre esta temática, existe um artigo produzido também pelo PET DT (LANGHANZ; GILL, 2020).

familiar, o que deixa claro a importância desse processo de ingresso, pois possibilita que pessoas em situação de vulnerabilidade social possam acessar o ensino superior. A maioria, 36,95% dos respondentes, entrou pela cota L1 e 17,39% com a cota L2². Vale salientar que 41,3% dos respondentes são os primeiros de suas famílias a ingressarem no ensino superior.

A seguir, são trazidos alguns pequenos relatos dos respondentes, os quais demonstram seus sentimentos em relação às cotas.

Muitos estudantes de classe baixa, assim como eu, não têm condições de estudar em escola particular ou até mesmo fazer um curso preparatório. Eu estudei em casa, com o pouco de material que ganhei doado e a internet que tinha disponível na casa de amigas. É importante saber que temos vagas para quem realmente estuda e quer entrar na universidade, mesmo não tendo grandes condições financeiras (SUJEITO 1).

E ainda,

A vida é uma grande diversidade e é importante que a universidade possa abranger essa diversidade. Todos temos direito de estudar na universidade pública, mas acredito que nem todos têm a oportunidade que precisa para isso acontecer, por isso, as cotas são importantes, para proporcionar oportunidades (SUJEITO 2).

Quando questionados se recebiam os auxílios da Pró Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), 52,20% dos respondentes alegaram não receber nenhuma ajuda, o que chama bastante atenção, pois a maior parte dos respondentes ingressou na universidade pela condição da renda familiar. Nessa perspectiva estes subsídios são essenciais para que os estudantes possam manter os seus estudos com êxito, além de terem seus gastos supridos.

Um outro questionamento era se os estudantes já haviam participado de algum projeto com bolsa na universidade e, novamente, chama atenção o número de respondentes que responderam negativamente, ou seja, 47,83%. Tais bolsas representam uma excelente oportunidade para o crescimento acadêmico, profissional, pessoal e cultural, assim como contribuem para a permanência dos estudantes na universidade, pois auxiliam em sua manutenção, além de oferecerem experiências no campo acadêmico.

Também foram questionados quanto a exercerem alguma atividade remunerada. As respostas trazem que 34,8% responderam afirmativamente, já que possuíam vínculo empregatício; dentre os que responderam de maneira positiva, apenas 10,9% afirmaram possuir vínculo com carteira assinada, ou seja, a maioria precisa se manter economicamente, mas o faz de maneira informal, o que os torna mais vulneráveis socialmente.

No questionário foi disponibilizado um campo para sugestões de melhorias, no qual se destacam as seguintes propostas: (1) acompanhamento especial para os estudantes cotistas; (2) maior oferta de disciplinas optativas e atividades de ensino e extensão com certificação, em horários adequados para estudantes trabalhadores; (3) maior oferta de bolsas remuneradas; (4) ações que proporcionem conhecer a UFPEL e as oportunidades oferecidas aos estudantes; (5) maior apoio da PRAE e (6) apoio psicológico.

² Cota L1 (candidatos com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas); Cota L2 (candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas)

4. CONCLUSÕES

Nota-se que uma grande parte dos estudantes ingressou na universidade através de cotas destinadas para pessoas de baixa renda, assim como não exercem atividade remunerada, não recebem auxílios e não participam de bolsas, o que gera maior vulnerabilidade social.

Ainda que a universidade ofereça auxílios, que visam a permanência dos estudantes, muitos dos que se enquadram nos requisitos ainda não foram contemplados e algumas medidas poderiam amenizar essa situação como, por exemplo, uma aceleração na concessão dos auxílios.

Junto a isso, seria interessante que a universidade considerasse a elaboração de uma política de acompanhamento voltada especialmente para estudantes cotistas, bem como que as oportunidades oferecidas fossem ampliadas, conforme as sugestões de alguns dos respondentes.

Embora este estudo tenha sido bastante específico, já que analisou apenas um curso de graduação, se entende que são muitas as adversidades para o ingresso, mas, sobretudo, para a permanência. Espera-se que pesquisas como essa, mesmo em uma perspectiva micro, possam contribuir para novas discussões sobre a temática e, talvez, para a elaboração de novas políticas públicas, que possam beneficiar aqueles que, historicamente têm sido invisibilizados pela sociedade.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTEL, Robert. **A insegurança social**: o que é ser protegido? Petrópolis: Vozes, 2005.

COSTA. Andreia Lopes; PICANÇO. Felícia. Para além do acesso e a inclusão: Impactos da raça sobre a evasão e a conclusão no Ensino Superior. **Novos Estudos Cebrap**. São Paulo. v. 39, n. 02. p. 281-306. Maio/Agosto de 2020. Disponível em:<https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002020000200281&lang=pt> Acesso em: 12/04/2021.

GUARNIERI. Fernanda Vieira; SILVA. Lucy Leal Melo. Cotas Universitárias no Brasil: Análise de uma década de produção científica. **Psicologia Escolar e Educacional**, SP. V. 21, nº. 2, p. 183-193, Maio/Agosto de 2017. Disponível em:<<https://www.scielo.br/pdf/pee/v21n2/2175-3539-pee-21-02-00183.pdf>. Acesso em: 16/09/2020

JÚNIOR. João Feres; CAMPOS, Luiz Augusto; DAFLON, Verônica Toste; VENTURINI, Anna Carolina. **Ação afirmativa**: conceito, história e debates. Rio de Janeiro: Editora EDUERJ, 2018.

SOBRINHO, José. Democratização, qualidade e crise da educação superior: faces da exclusão e limites da inclusão. **Educação & Sociedade**. Campinas. v. 31, n. 113, p. 1223-1245. Out/Dez. 2010. https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302010000400010 Acesso em 3 de maio de 2020.